

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 2025-PR-0021-FE**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 021/2025**

EDITAL DE PREGÃO N.º:	021/2025 – FE
PROCESSO SEI N.º:	65509.002388/2025-74
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO – SRP
IRP:	00021/2025
TIPO DE LICITAÇÃO:	MENOR PREÇO POR ITEM

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Indústria de Material Bélico do Brasil, por intermédio da Filial Fábrica da Estrela (IMBEL/FE), que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pelas **Portarias Executivas n.º 392 - DVADM FE, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025** para realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme diretriz dada pelo Inciso IV do Artigo 32, bem como parágrafo único do mesmo Inciso combinado com o §3º do Inciso VI, do mesmo artigo 32 da Lei n.º 13.303/2016, **SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS – SRP**, Regulamentado pelo Decreto n.º 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**; obedecendo ao Sistema Unificado de Fornecedores – SICAF, regulamentado pelo Decreto n.º 3.722/2001, alterado pelo Decreto 4.485/2002, e ainda aplicável a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 (Artigos 42 a 49), regulamentada pelo Decreto 8.538/2015 que estabelece o Tratamento diferenciado e Simplificado das Microempresas – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL, aprovado pela Resolução n.º 19/2023–CA–IMBEL de 18 de setembro de 2023 e as exigências estabelecidas neste Edital e, subsidiariamente, a 14.133/2021.

CONTRATANTE (UASG): 168008

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – FÁBRICA DA ESTRELA (FE).

DO OBJETO.

Constitui objeto da presente Licitação, por meio de Pregão SRP, a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Vestimentas Adequadas para o trabalho dos Bombeiros Civis na Indústria de Material Bélico do Brasil – Filial Fábrica da Estrela. As especificações, quantitativos e condições do Termo de Referência constam no – Anexo “A”, parte integrante deste Edital.

VALOR DA CONTRATAÇÃO.

R\$ 228.575,08 (duzentos e vinte e oito mil quinhentos e setenta e cinco reais e oito centavos).

DA ABERTURA.

A abertura dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

DATA DA ABERTURA:	A definir
HORA:	XXhXX (Horário de Brasília)
LOCAL:	www.pncp.gov.br

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

1. DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto da presente Licitação, por meio de Pregão SRP, a aquisição materiais e vestimentas adequadas para o trabalho dos Bombeiros Cíveis na Indústria de Material Bélico do Brasil – Filial Fábrica da Estrela. As especificações, quantitativos e condições do Termo de Referência constam no – Anexo “A”, parte integrante deste Edital.

2. DA LICITAÇÃO.

2.1. O edital desta licitação, aditamentos e esclarecimentos serão disponibilizados gratuitamente no site www.pncp.gov/editalis, no Portal Nacional de Contratações Públicas do Governo Federal, e respectivo resumo no Diário Oficial da União;

2.2. Todas as transações comerciais da licitação ocorrerão e serão registradas em meio eletrônico pelo portal www.pncp.gov/editalis.

2.3. É de responsabilidade do Proponente certificar-se periodicamente quanto à emissão de eventuais aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este Edital, que serão disponibilizados no site www.pncp.gov/editalis, no Portal Nacional de Contratações Públicas do Governo Federal, sendo de extrema importância o prévio acesso aos referidos endereços eletrônicos antes da apresentação da proposta;

2.4. As empresas licitantes disponibilizarão preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e a contratações serão feitas quando melhor convier aos órgãos, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os prestadores vencedores do Certame;

2.5. A Ata de Registro de Preços é o documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, prestadores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1. As despesas serão previstas em Dotação Orçamentária a definir.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.pncp.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

4.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.8. O impedimento de que trata o item 5.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.13. A vedação de que trata o item 4.7.2 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1. deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6.1. O item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no Certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima;

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

5.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Marca;

6.1.2. Fabricante;

6.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações idênticas à especificação do TERMO DE REFERÊNCIA;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.9.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICANDO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 7.6.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou de maior desconto ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 10 (dez reais).**
- 7.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:
- 7.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13.** Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2.2. Empresas brasileiras;

7.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

7.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

7.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no Certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 6.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no Certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio

majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#))

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 6.5.1 e 7.6 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vícios insanáveis;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Empresa Pública, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico através da convocação em anexo, após a solicitação do pregoeiro Via Chat.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02:00 Horas (Duas Horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro caso autorizado.

9.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor;

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

9.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes;

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do Certame;

9.12. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classifica.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS RECURSOS.

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante.

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.imbel.gov.br/>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o Certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o Certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando;

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o Certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. Fraudar a licitação;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando;

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgam;

11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal;

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados;

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da comunicação oficial;

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e

11.1.8. bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2. e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#);

11.1.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.10. caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#);

11.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

11.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

11.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

11.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados;

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do Certame;

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do Certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pregao.fe@imbel.gov.br.

12.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do Certame.

13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União, ou seja, de prestação de serviços públicos, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no §1º do Artigo 66 da Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 11.462 de março de 2023.

13.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ATA de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.3. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços;

13.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

13.5. Só serão admitidas como UASG's Participantes aquelas que pertencem ao âmbito da IMBEL.

14. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO PRODUTO.

14.1. As entregas na IMBEL/Filial Fábrica da Estrela, situada na Praça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, s/nº – Vila Inhomirim – 6º Distrito de Magé/RJ – CEP: 25.933–590, deverão ocorrer em dias úteis, em horário comercial, compreendido das 07:00 h às 15:00 h de 2ª a 6ª feira.

14.1.1. O material deverá ser entregue até 30 (trinta) dias a partir da entrega da Nota de Empenho.

14.1.2. A entrega deve ser na IMBEL/FE;

14.2. Qualquer atraso na entrega deverá ser informado de forma urgente e antecipada, a fim de não causar nenhum transtorno administrativo;

14.3. A IMBEL/FE poderá rejeitar entrega dos objetos feitos fora da hora de entrega, estabelecido no item 15.1, bem como apurar as irregularidades observadas e aplicar as medidas cabíveis;

14.4. Os objetos deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, de acordo com a Nota de Empenho;

14.5. Os objetos deverão ser verificados, quanto à correção da quantidade solicitada e quanto à qualidade, por ocasião da entrega, por servidor designado para cumprir tal tarefa;

14.6. Os produtos que não atenderem às especificações de qualidade exigidas serão devolvidos pelo servidor verificador, que lançará a alteração no verso da Nota Fiscal, cabendo à adjudicatária providenciar a carta de correção da Nota ou recompletamento do fornecimento, a critério da IMBEL – Filial Fábrica da Estrela.

15. DA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS.

15.1. Os pedidos apresentados pelas Notas de Empenho poderão ser realizados fracionadamente nas quantidades licitadas.

15.2. Tal procedimento visa dirimir quaisquer dúvidas que porventura vierem a ocorrer entre o material de amostra, teste, ofertado e o material entregue.

15.3. O recebimento do objeto não significará a sua aceitação. Esta será efetivada após o mesmo ter sido inspecionado e aprovado para utilização, pela fiscalização da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL/FE.

15.4. O fornecedor deverá conferir a nota de empenho e se manifestar no ato do recebimento sobre quaisquer divergências, visto que, não será aceito material com as especificações diferentes da ATA e do termo de referência.

15.5. Em caso de divergências, prevalecerá as especificações da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, documento esse que é elaborado de acordo com o respectivo Termo de Referência do Edital (Anexo “A”).

16. DAS OBRIGAÇÕES DA IMBEL-FE.

16.1. São obrigações da IMBEL-FE:

16.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

16.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

16.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

16.2. A IMBEL/FE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.3. Em consonância com o art. 32, § 1º e incisos, e com o art. 47, III, todos da Lei nº 13.303/2016, à CONTRATANTE fica resguardado o direito de, a qualquer momento durante a execução do objeto contratual, solicitar certificação ou documento equivalente que ateste a qualidade do produto ou processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

17.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

17.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

17.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

17.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, o objeto com avarias ou defeitos;

17.1.5. Comunicar à IMBEL-FE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18. DA SUBCONTRATAÇÃO.

18.1. Não será admitida subcontratação do objeto licitado.

19. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

19.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Fornecedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da IMBEL/FE.

20. DO PAGAMENTO.

20.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, após liquidação da despesa pertinente à da Nota Fiscal correspondente, nos termos da Lei nº 4.320/64.

20.2. Caso a licitante vencedora da licitação seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente, com a Nota Fiscal, a devida comprovação, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

20.3. Para efeitos de pagamento será realizada consulta ao SICAF, CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), e Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, através do Portal da Transparência (<http://www.transparencia.gov.br>), para aferir a inidoneidade da empresa.

20.4. Por se tratar de despesa empenhada na forma da Lei nº 4.320/64, não se admite a emissão de duplicata mercantil, bem como caucionar ou utilizar a Nota de Empenho para qualquer operação financeira.

21. DO REGISTRO DE PREÇOS E VALIDADE DA ATA.

21.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará as seguintes condições:

21.1.1. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo federal e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços; e

21.1.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata deverá ser respeitada nas contratações;

21.1.3. Serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e quantitativos do licitante melhor classificado durante a etapa competitiva;

22. DA ASSINATURA DA ATA.

22.1. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços, será de até 05 (cinco) dias úteis, após a convocação para assinatura. O mesmo ocorrerá após a homologação.

22.2. Caso o fornecedor não comparecer para assinatura da Ata, o mesmo será desclassificado. Estando assim, a IMBEL/FE liberada para convocar o próximo colocado, conforme o Art.19 do Dec. Nº

11.462/23.

22.3. No ato da assinatura da Ata, a contratada deverá se manifestar quanto a divergências do material ofertado de modo que, ao assinar a Ata, o fornecedor concordara com as especificações descritas.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do Certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.imbel.gov.br/>.

23.11. Integram o Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a. Anexo “A” – Termo de Referência;**
- b. Anexo “B” – Documentos para Habilitação;**
- c. Anexo “C” – Atestado de Capacidade Técnica;**

- d. Anexo “D” – Proposta de Preços;**
- e. Anexo “E” – Minuta da Ata de Registro de Preços;**
- f. Anexo “F” – Minuta do Contrato de Aquisição de Materiais;**
- g. Anexo “G” – Fichas Técnicas dos Objetos;**

23.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais.

23.3. Quaisquer informações complementares sobre o presente EDITAL e seus anexos poderão ser obtidas na sala da Seção de Aquisição, Licitação e Contratos – SALC da IMBEL-FE, pelo telefone (21) 2739-9037, e-mail pregao.fe@imbel.gov.br, no horário das 08:00 h às 11:00 h e das 13:15 h às 15:30 horas.

23.4. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

23.5. O presente Edital estará disponível aos interessados na IMBEL – Filial Fábrica da Estrela, situada à Praça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, s/n, Vila Inhomirim – Magé – RJ, CEP 25.933-590; ou diretamente no Portal Nacional de Contratações Públicas do Governo Federal – PNCP, no sítio www.pncp.gov.br.

Eliandre José Bomgosto – 2º SGT
Pregoeiro – Agente de Contratação
SALC-FE

Rodrigo Santos Rodrigues – Cel R/1
Ordenador de Despesas
IMBEL-FE

ANEXO A

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2025-PR-0021-FE **PROCESSO SEI Nº 65509.002388/2025-74**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA.

1.1. Solicitação de Compra - DFD Nº 422/2025–(SESMT FE).

2. Objeto.

2.1. Constitui objeto da presente Licitação, por meio de Pregão SRP, a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Vestimentas Adequadas para o trabalho dos Bombeiros Civis na Indústria de Material Bélico do Brasil – Filial Fábrica da Estrela. As especificações, quantitativos e condições do Termo de Referência constam no – Anexo “A”, parte integrante deste Edital.

3. Justificativa.

3.1. A Indústria Brasileira de Material Bélico do Brasil, em sua filial Fábrica da Estrela, visa, ao adquirir o presente objeto, com o cumprimento da Atender a NR-06 do Ministério do Trabalho.

4. Entrega do bem

4.1. O serviço deverá ser realizado conforme a necessidade do solicitante.

5. Frete.

5.1. Frete por conta da Contratada. O fornecedor é responsável pela entrega dos produtos até o destinatário

6. Condições de recebimento.

6.1. O Material deverá ser entregue no SESMT da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL – FE, sito à Pça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, S/N – Vila Inhomirim – Magé – RJ – CEP: 25.933-590, no horário de 07:00 às 12:00 H e das 13:15 às 16:00H.

7. Preço de Referência.

7.1. O Valor total estimado para a aquisição é de **R\$ 228.575,08** (duzentos e vinte e oito mil quinhentos e setenta e cinco reais e oito centavos).

7.2. O Recebimento do Objeto não significará a sua aceitação. Está será efetivada após o mesmo ter sido inspecionado e aprovado para Utilização, pela fiscalização da Indústria de Material Bélico – Fábrica Estrela.

8. Qualificação Fornecedor

8.1. Os fornecedores deverão estar cadastrados e com habilitação parcial no SICAF; Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação e certidão ou declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII, do art 7º da Constituição Federal.

9. OBRIGAÇÕES DA IMBEL/FE.

- 9.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.3.** Comunicar à Fornecedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.4.** Efetuar o pagamento à Fornecedora no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.5.** A IMBEL/FE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Fornecedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Fornecedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.6.** Em consonância com o art. 32, § 1º e incisos, e com o art. 47, III, todos da Lei nº 13.303/2016, à CONTRATANTE fica resguardado o direito de, a qualquer momento durante a execução do objeto contratual, solicitar certificação ou documento equivalente que ateste a qualidade do produto ou processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA.

- 10.1** A Fornecedora deve cumprir todas as obrigações no termo de referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.2** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 10.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.4** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 10.5** Comunicar à IMBEL/FE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11. GARANTIA.

- 11.1.** O Material deverá ter garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses.
- 11.2.** A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues, danificados, vencidos ou não compatíveis com as especificações.
- 11.3.** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as Especificações Técnicas exigidas no Item 16.1 deste Termo de Referência, devendo ser substituído no mesmo prazo mencionado no Item 4.1, a contar da notificação oriunda da IMBEL/FE à Fornecedora.

12. DA MATRIZ DE RISCOS.

12.1. Considerando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, segue a matriz de riscos:

PROBABILIDADE		IMPACTO	
Situação	Pontuação	Situação	Pontuação
Muito baixa	1	Muito baixo	1
Baixa	2	Baixo	2
Média	3	Médio	3
Alta	4	Alto	4
Muito alta	5	Muito alto	5

13. CRITÉRIO PARA ANÁLISE DA PROBABILIDADE:

13.1 Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;

Nº	Descrição	Probab.	Impacto	Nível	Alocação do risco
1	Não emissão da Ordem de Serviço imediato, após a assinatura do contrato, devido à Impossibilidade de início por restrições da Contratante (liberação do local de implantação, necessidade de execução prévia de outro serviço, interferências com outras atividades etc.)	1	1	1	CONTRATANTE
2	Alterações no Termo de referência inicialmente contratados, por solicitação da Contratante.	1	1	1	CONTRATANTE

3	Plano de trabalho não contemplar todas as necessidades da contratante	1	1	1	CONTRATADA
4	Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam relevantes	1	1	1	CONTRATANTE
5	Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes.	1	1	1	CONTRATADA
6	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada	1	1	1	CONTRATADA
7	Risco de inadimplência da Contratante	1	1	1	CONTRATANTE

14. CRITÉRIO PARA ANÁLISE DE IMPACTO:

14.1 Caso ocorra o previsto no item acima, as despesas do aditamento ocorrerão conforme descrito na alocação do risco.

14.2 A Contratada tem liberdade de inovação metodológica ou tecnológica, nas obrigações de resultado ou na melhoria no padrão da(s) solução(ões) previamente estabelecidas sobre o serviço

15. CLASSIFICAÇÃO DO RISCO:

15.1. Considerando o objeto deste Termo de Referência e utilizando a tabela apresentada no Item 12.1, pode-se identificar que os Fatores de Risco acima apresentados devem ser classificados como: NÍVEL DE PROBABILIDADE 2 e NÍVEL DE IMPACTO 3, ou seja, evento casual e impacto moderado.

16. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS ITENS.

16.1. As empresas participantes do Certame deverão ofertar os itens constantes deste Pregão Eletrônico e as quantidades na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL / SERVIÇO	UND	QTD	VALOR UNI	TOTAL
01	Gandola Bombeiro Civil Padrão CNBC	Und	50	R\$ 214.66	R\$ 10.733,00
02	Calça azul-marinho, padrão CNBC	Und	50	R\$ 223.00	R\$ 11.150,00

03	Gorro(Boné) com pala azul marinho Bombeiro Civil, padrão CNBC	Und	50	R\$ 50.00	R\$ 2.500,00
04	Camiseta Bombeiro Civil vermelha malha manga curta, padrão CNBC	Und	120	R\$ 58.00	R\$ 6.960,00
05	Camisa Bombeiro Civil vermelha manga longa, padrão CNBC	Und	36	R\$ 61.66	R\$ 2.219,76
06	Cinto de nylon Bombeiro na cor vermelha com fivela	Und	50	R\$ 36.33	R\$ 1.816,50
07	Coturno cano longo	Und	36	R\$ 373.57	R\$ 13.448,52
08	Avental de PVC	Und	150	R\$ 26.57	R\$ 3.985,50
09	Calçado antiestático	Und	400	R\$ 103.86	R\$ 41.544,00
10	Protetor auricular - plug	Und	2000	R\$ 5,00	R\$ 10.000,00
11	Protetor auricular - abafador	Und	150	R\$ 135,05	R\$ 20.257,50
12	Calçado uso geral/eletricista	Und	450	R\$ 106.27	R\$ 47.821,50
13	Óculos de segurança contra partículas	Und	300	R\$ 30.47	R\$ 9.141,00
14	Óculos de sobreposição	Und	100	R\$ 40.00	R\$ 4.000,00
15	Óculos ampla visão	Und	100	R\$ 46.65	R\$ 4.665,00
16	Óculos policabornato verde de tonalidade 5.0	Und	100	R\$ 33.49	R\$ 3.349,00
17	Perneira de Bidin	Und	100	R\$ 59.63	R\$ 5.963,00
18	Protetor facial	Und	60	R\$ 90.92	R\$ 5.455,20
19	Avental de raspa	Und	20	R\$ 67.87	R\$ 1.357,40
20	Perneira de raspa	Und	20	R\$ 55.80	R\$ 1.116,00
21	Kit de segurança - Operador de Motosserra	Und	10	R\$ 485.78	R\$ 4.857,80
22	Blusão Operador de Motosserra	Und	10	R\$ 266.27	R\$ 2.662,70
23	Avental modelo Barbeiro	Und	50	R\$ 46.50	R\$ 2.325,00
24	Cinturão ergonômico	Und	120	R\$ 83.90	R\$ 10.068,00
25	Capacete com protetor facial para eletricista	Und	10	R\$ 117.87	R\$ 1.178,70
VALOR TOTAL R\$					228.575,08

16.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

16.2.1. Conforme ficha Técnicas do anexo “G”

16.3 No caso de divergências entre as descrições contidas neste Termo de Referência e as descrições do CATMAT, Programa de Catálogo de Materiais do Governo Federal (que é administrado pela SERPRO e utilizado para o cadastro dos itens deste Certame), a futura empresa fornecedora vencedora do pregão deverá se ater a atender a UASG de acordo com o descrito neste Termo de Referência – Anexo “A” do Edital de Pregão.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO.

17.1. Não admitida a subcontratação e/ou terceirização do fornecimento do objeto.

18. DA FISCALIZAÇÃO.

18.1. A IMBEL/FE nomeará um Responsável para acompanhar a fiscalização da entrega do objeto nas condições contidas no Edital de Licitação e neste Termo de Referência, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas, notificando a Fornecedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

18.2. A existência e a atuação da fiscalização pela IMBEL/FE, em nada restringe as responsabilidades técnicas e gerenciais únicas, integrais e exclusivas da Fornecedora, no que concerne a entrega do objeto.

18.3. Caberá ao empregado designado como Responsável em fiscalizar a entrega dos objetos verificar o perfeito estado de conservação dos mesmos, visando a observância com este Termo de Referência, assim como solicitar, se for o caso, a aplicação de possíveis penalidades a Fornecedora pelo cumprimento irregular ou descumprimento de qualquer item deste Termo de Referência.

ANEXO B

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2025-PR-0021-FE.

PROCESSO SEI Nº 65509.002388/2025-74

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo licitante são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.1. Habilitação jurídica:

1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.3. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empreendedor>;

1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.2.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.3. Habilitação Técnica:

1.3.1. A Licitante deverá apresentar ao menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado condizente com os objetos desta Licitação.

OBS: Todos os documentos deverão ser enviados no formato PDF (*.pdf).

ANEXO C**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2025-PR-0021-FE.****PROCESSO SEI Nº 65509.002388/2025-74****ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA****RAZÃO SOCIAL DO ATESTANTE****CNPJ DO ATESTANTE**

Por solicitação da Parte interessada, atesto nos exatos termos e sob as penas das Leis nº 13.303/16 e nº 14.133/21, para fins de comprovação de capacidade técnica, que a Empresa, CNPJ nº, estabelecida à, forneceu o item a este Atestante. Até a presente data, vem cumprindo corretamente os compromissos assumidos, sem dar motivos a queixas ou reclamações.

Local e data

NOME COMPLETO**RG/Org. Exped****CPF****FUNÇÃO NA EMPRESA.****TEL PARA CONTATO**

ANEXO D**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2025-PR-0021-FE.****PROCESSO SEI Nº 65509.002388/2025-74****PROPOSTA DE PREÇO (MODELO)****DADOS DA LICITANTE****Referência: Pregão Eletrônico nº 021/2025**

Sr. Pregoeiro,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe a IMBEL –Filial Fábrica da Estrela, a entrega do material abaixo indicado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

a) Preços:

b) No preço acima estão incluído todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, carga e descarga importação e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais desta Licitação.

c) O prazo de entrega é de acordo com o item 4.1 do Edital.

d) Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 60 dias).

e) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber a nota de empenho no prazo determinado no Edital, indicado para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, (função na empresa), como responsável legal desta empresa.

f) Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente).

g) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome e Cargo do Representante da Empresa

ANEXO E

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2025-PR-0021-FE

PROCESSO SEI Nº 65509.002388/2025-74

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, constituída pela Lei nº 6.227, de 14/07/1975, com seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária nº 08/2024, realizada em 21/08/2024, registrado perante a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - JUCISDF, em 23/08/2024, conforme NIRE 53500000275 e sob nº 2589751, publicado no Diário Oficial União de 27/08/2024, Seção 1, página 25 a 30, arquivado e publicado na JUCISDF sob nº 2591514, em 28/08/2024, regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, Lei nº 6.404, de 15/12/1976, Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis, classificada como Empresa Pública Dependente, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e da Portaria nº 289, de 29/05/2008, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, publicada no DOU, Seção I, de 30/05/2008, com capital integralmente subscrito pela **UNIÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.444.232/0001-39, com **SEDE** e foro na cidade de Brasília - Distrito Federal, localizada no Quartel General do Exército, Bloco “H”, 3º Pavimento, Setor Militar Urbano - SMU, Brasília - Distrito Federal, CEP: 70630-901, e com **FILIAL** denominada **FÁBRICA DA ESTRELA – FE**, inscrita no CNPJ 00.444.232/0008-05, localizada na Praça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, s/nº, Vila Inhomirim, 6º Distrito, Magé/RJ, CEP: 25.933-590, neste ato representada pelo o seu Ordenador de Despesas, xxxxxxxxxxxx, portador do RG nº xxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada simplesmente IMBEL – Filial Fábrica da Estrela, e de outro lado a empresa _____ sediada à _____, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____ neste ato representada legalmente pelo(a), Sr. (a) _____, que no final assina, doravante denominada Compromissária.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto da presente Licitação, por meio de Pregão SRP, a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Vestimentas Adequadas para o trabalho dos Bombeiros Civis na Indústria de Material Bélico do Brasil – Filial Fábrica da Estrela. As especificações, quantitativos e condições do Termo de Referência constam no – Anexo “A”, parte integrante deste Edital.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES.

3.1. Integra o presente Registro de Preços a IMBEL/FE, como Órgão Gerenciador. Respeitadas as disposições legais vigentes, poderão também integrar extraordinariamente, outras Organizações.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

4.1. O valor da presente Ata perfaz a quantia total de R\$ _____, conforme valores

constantes na proposta comercial de preços apresentada pela compromissária no Pregão nº **021/2025-FE** reproduzidos na planilha abaixo:

Nº Ord	Item Licitado	Objeto	Und	Qtd	Preço Registrado	Valor Total
1	001					

5. CLÁUSULA QUINTA – CADASTRO DE RESERVA.

5.1. Conforme prescreve o § 1º, do Art. 18 do Decreto 11.462/2023.

Nº Ord	Item Licitado	Objeto	Und	Qtd	Preço Registrado	Valor Total
1	001					

6. CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO.

6.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, após liquidação da despesa pertinente à da Nota Fiscal correspondente, nos termos da Lei nº 4.320/64;

6.2. A recusa em assinar a Ata ou em receber a Nota de Empenho correspondente, implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando-se o contratado à aplicação das sanções previstas nesta Ata e no Edital do Pregão nº **021/2025**.

6.3. Os compromissos firmados entre as empresas vencedoras e os órgãos integrantes do Registro de Preços serão: o Edital e seus anexos, a documentação apresentada pelo Licitante, a Ata de Registro de Preços e a Nota de Empenho emitida em favor do mesmo, independentemente de outras transcrições.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DO MATERIAL.

7.1. O material deverá ser entregue no Almoxarifado da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL – FE, sito à Praça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, S/N - Vila Inhomirim – Magé – RJ - CEP: 25933-590, no horário de 07:00 h às 11:30 h e das 13:15 h às 15:00 h.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA.

8.1. A presente Ata poderá, a critério da IMBEL/FE, ser parcial ou totalmente cancelada quando a fornecedora descumprir as condições da mesma, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado, não reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos de mercado, ou ainda, por razões de interesse público, sem que lhe seja devida nenhuma indenização.

8.2. Quando os preços de mercado tornarem-se superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado pela IMBEL/FE, não puder cumprir o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá revogar o registro do fornecedor, convocando os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. A CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas nos incisos I a III, do art. 83, da Lei nº 13.303/16, pela inexecução total ou parcial das cláusulas e condições deste Contrato, ou execução do seu objeto em desacordo com a discriminação contida em sua proposta, parte integrante deste ajuste, sem prejuízo da aplicação de sanções legais;

9.2. Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, calculada sobre o valor da parcela não cumprida, até que seja sanada a respectiva irregularidade, considerando a data da Notificação como termo inicial para aplicação da sanção;

9.3. Na hipótese de atraso, pela CONTRATADA, no cumprimento das disposições ajustadas, incidirá uma multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, sem prejuízo de sua rescisão e demais penalidades aplicáveis, a critério da CONTRATANTE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

10.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº **021/2025** e seus anexos.

Vila Inhomirim (RJ), ____ de _____ de 2025

XXXXXXXXXXXXXXXXX

Ordenador de Despesas da IMBEL/FE


Empresa XXXXXXXXXXXXXXX

ANEXO F

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 2025-PR-0021-FE

PROCESSO SEI N.º 65509.002388/2025-74

MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL N.º XXX/2025

	<u>CONTRATO SIMPLIFICADO</u>	Número 2025-PR-0021-FE SEI N.º 65509.002388/2025-74	Data
--	------------------------------	--	------

3. Área Demandante	4. Processo N.º 2025-PR-0021-FE	CNPJ	6. Inscrição Estadual
--------------------	---	------	-----------------------

DADOS DO FORNECEDOR			
7. Razão Social:			
8. Endereço:		9. CEP	10. Telefone
11. Município/Cidade	12. UF	13. CGC	14. Inscrição Estadual

Conforme estabelecido no procedimento licitatório e/ou de acordo com as condições elencadas no verso desta Ordem de Execução da Compra, solicitamos o fornecimento dos materiais abaixo discriminados:

MATERIAIS					
15. Item	16. Especificação Detalhada	17. Unid.	18. Quant.	19. Valor em R\$	
				Unitário	Total

20. Total Geral em R\$ =	
21. Amparo Legal: LEI 13.303/16	

CONDIÇÕES			
22. Local de Entrega: IMBEL – INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL			
23. Prazo de Entrega 30(TR <input checked="" type="checkbox"/> A) DIA <input type="text"/>	24. Garantia.	25. Condições de Pagamento: NOTA DE EMPENHO 30 DIAS	26. Frete CIF FOB

DESPESA EMPENHADA			
27. Número:		28. Data:	
29. Responsável por	30. Aprovado por	31. Autorizado por	32. Estamos de acordo c/ as condições aqui estabelecidas
<input type="checkbox"/>			<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> _____ _____ </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> Data Fornecedor </div>

Observação: 1ª via – Fornecedor; 2ª via – Emitente; 3ª via – Setor Financeiro; 4ª via – Almoxarifado; 5ª via – Processo

1º. No valor do contrato estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2º. O Fornecedor deve acusar, prontamente, o recebimento do presente “CONTRATO SIMPLIFICADO”, comprometendo-se, para todos os fins, a aceitar as condições nele previstos.

3º. Concorde o Fornecedor que todas as mercadorias especificadas no presente “CONTRATO SIMPLIFICADO” são de primeira qualidade, por ele garantidas como tais. Responsabiliza-se, ainda, pelos vícios e defeitos, visíveis ou ocultos, que desde já são considerados redibitórios na forma da lei, obrigando-se, se assim desejar a IMBEL, a substituir ou repor as mercadorias ou refazer os serviços que não satisfaçam plenamente aos objetivos contratualmente colimados, eximindo plenamente a contratante de qualquer pagamento ou despesa extra.

4º. O Fornecedor assume toda a responsabilidade por qualquer interpelação ou reivindicação que venha a ser feita, envolvendo patentes ou direitos autorais, correndo, igualmente, por sua conta e risco, quaisquer pagamentos, multas ou obrigações exigidas por alegados ou possíveis titulares desses direitos.

5º. As mercadorias a serem fornecidas ou os serviços a serem prestados, segundo desenhos e especificações estabelecidos pela IMBEL, não poderão levar marca comercial do Fornecedor por meio

de inscrição, gravura ou outra qualquer forma de identificação, a não ser que, expressamente e por escrito, seja essa possibilidade proveniente do convencionado entre as partes signatárias.

6º. A responsabilidade da IMBEL no que diz respeito à execução do presente “CONTRATO SIMPLIFICADO” restringe-se e extingue-se ao preço, prazo e forma de pagamento, sendo da exclusiva responsabilidade do Fornecedor todas e quaisquer despesas ou ônus, inclusive trabalhistas e previdenciários, não se caracterizando a operação realizada por intermédio do presente contrato como subcontratação ou subempreitada.

7º. As mercadorias a serem entregues ou serviços a serem prestados devem sê-lo diretamente efetuados nas instalações da IMBEL / despachadas para a entrega no endereço indicado. A prestação coberta pelo presente “CONTRATO SIMPLIFICADO” somente se caracterizará como “realizada” após a confirmação de que os serviços satisfazem os requisitos, especificações e indicações previamente definidas pela IMBEL. O fornecedor responsabiliza-se pelos serviços prestados e mercadorias entregues, bem como pelos seguros, embalagens, dentre outros, sempre que expressamente e por escrito não se convencionar o contrário.

8º. Nenhum adicional de preço será devido pela IMBEL a título de frete ou embalagem, a não ser que prévia e expressamente prevista seja essa possibilidade convencionada.

9º. Todos os documentos de embarque, conhecimentos de transporte e listas por acaso expedidos para a execução dos serviços deverão conter o número do presente “CONTRATO SIMPLIFICADO” e ser enviados à IMBEL na data do embarque da mercadoria, ou entregues com esta, no que couber. Todos os sacos, caixas ou embalagens deverão levar o número do presente “CONTRATO SIMPLIFICADO” e o nome do transportador, usando-se para isso tinta irremovível e, igualmente, sempre que possível, papeletas de material forte, seguramente presas aos volumes.

10º A data do recebimento dos serviços prestados ou das mercadorias pela IMBEL fixará o TERMO INICIAL para contagem de tempo para pagamento conforme contratualmente fixado, salvo quando expressamente convencionado de outra forma.

11º. O prazo de entrega deverá ser rigorosamente observado, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no Termo de Referência respectivo.

12º. O pagamento do presente CONTRATO SIMPLIFICADO far-se-á via Ordem Bancária ou Ordem de Pagamento.

13º. A sigla FOB significa *free on board* e em português pode ser traduzida por “Livre a bordo”. Neste tipo de frete, o comprador assume todos os riscos e custos com o transporte da mercadoria, assim que ela é “embarcada”.

14º. A sigla CIF significa *Cost, Insurance and Freight*, que em português, significa “Custo, Seguros e Frete”. Neste tipo de frete, o fornecedor é responsável por todos os custos e **riscos** com a entrega da mercadoria, incluindo o seguro e frete.

15º. As partes de comum acordo elegem o foro da Justiça Federal de Magé – RJ, para solucionar os litígios que decorrem da execução deste contrato.

16º. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em 05 (cinco) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

IMBEL – Filial Fábrica da Estrela		Este Contrato foi examinado e aprovado pela AGI/FE em ____/____/____ _____	FORNECEDOR
_____ Chefe da IMBEL/FE	_____ Ordenador de Despesas		_____ Representante Legal

ANEXO G

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2025-PR-0021-FE.

PROCESSO SEI Nº 65509.002388/2025-74

FICHAS TÉCNICAS DOS ITENS

	FICHA TÉCNICA	Nº 01
---	----------------------	--------------

01. Material:

Gandola Bombeiro Civil Padrão CNBC

02. Descrição do Material:

Cor vermelha material RF contendo quatro bolsos com acolchoamento no peito e cotovelos, com alça no bolso superior esquerdo.

Fita refletiva nas mangas, peitoral e costas

Sutaches bordados nas seguintes descrições:

Costas: Bombeiro medindo 30x5cm

Braço esquerdo: Imbel medindo 10x8,5

Braço direito :Bombeiro Cnbc redondo circunferência 9 cm

Peito direito: Bombeiro 12x3cm

Peito esquerdo : nome e fator Rh 12x3cm e Bandeira do Brasil 8x5 cm

Confeccionados em tecido na cor vermelha, referência Santista vermelho 315 – 171654TP.

Em tecido que proporcione conforto, alta resistência, leveza e facilidade de desempenho ao trabalhador.

a)Modelo tipo Operacional Norte-Americano com gola padrão tradicional.

b)Confeccionada em tecido Rip Stop para uso profissional, referência Santista Techno Rip Stop.

c)Dois bolsos frontais externos na altura do peito, do tipo saco sanfonado, com costura pinçando o saco no lado interno central voltado para o fechamento da camisa, com tampa dupla fechados por botões caseados, com tamanho de 13 cm da largura e 15 cm de altura, costurados com inclinação de 30° ao centro.

d) Uma única porta divisa (também conhecido como platina ou lapela) no bolso esquerdo do peito, com 4 cm de largura (horizontal) partido e costurada na base do bolso com fechando por botão protegido pela tampa do bolso.

e) Dois bolsos frontais externos abaixo da cintura, do tipo saco sanfonado, com costura pinçando o saco no lado interno central voltado para o fechamento da camisa, com tampa dupla fechada por botões caseados, com tamanho de 17 cm da largura e 20 cm de altura, costurados alinhados a barra.

f) Fechamento frontal da camisa através de botões caseados não metálicos em cor vermelho em tonalidade similar a camisa, ocultos por aba de proteção.

g) Cordão interno para regulação da cintura.

- h) Mangas longas com proteção em reforço duplo nos cotovelos em corte quadrado com largura de 30 cm e altura de 20 a 30 cm costurados de forma que protejam os cotovelos em extensão ou flexão.
- i) Regulagem de aperto do punho através de botões caseados não metálicos em cor vermelha
- j) Nas costas devem haver vincos sanfonados próximos a lateral entre o tronco e os braços, para maior liberdade de movimento do trabalhador.
- k) Velcro para fixação de tarja de identificação visual conforme previsto a seguir.
- l) Possuir dois botões de reservas fixados por costura na parte interna próximo a barra da camisa.
- m) Possuir etiqueta de produto com composição e instruções de lavagem, identificação da Confecção, conforme CONMETRO resolução 2.

Na frente da camisa:

Sobre os bolsos do peito:

A-Sobre o bolso direito do peito, tarjeta medindo 3,5 cm de altura por 13 cm de largura, no mesmo tecido e cor da camisa, com a inscrição centralizada em uma linha do termo “BOMBEIRO”, bordado com letras maiúsculas cheias tipo Arial bold, na cor branca em tamanho com altura de 1,5cm, exemplo: “BOMBEIRO”.

B-Sobre o bolso esquerdo do peito, aplicação de velcro fêmea para aplicação de tarja medindo 3,5 cm de altura por 12 cm de largura.

C-Bandeira do Brasil, bordada sobre o bolso esquerdo e acima da tarja em tamanho padrão de 8 cm de largura por 5,5cm de altura.

Nas costas da Camisa:

A – Inscrição nas costas, com o dizer BOMBEIRO CIVIL.

Inscrição alinhada ao centro, na cor branca, que seja pintada ou sistema transfer em tamanho com altura de 5 cm.

Na manga direita da camisa:

A – Símbolo internacional da profissão, na altura do ombro, fixado por costura de 6 a 10

cm abaixo da costura da manga no ombro em círculo com 9,5 cm de altura por 9 cm de largura.

O Símbolo da profissão é bordado sobre fundo branco em traço nas cores vermelho e azul, nas

mesmas tonalidades dos tecidos do uniforme, em círculo com 9,5 cm de altura por 9 cm de largura.

Nota: Arquivo em formato de vetor para Corel está disponível gratuitamente em cnbc.org.br

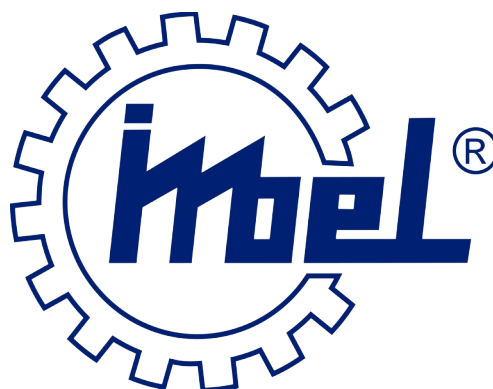
Na manga esquerda da camisa:

A – Logo da IMBEL deve ser bordada na altura do ombro, fixado por por costura de 6 a 10 cm abaixo da costura da manga no ombro em círculo com 9,5 cm de altura por 9 cm de largura.

Na manga direita e esquerda da camisa.

A - Faixa de tecido refletivo, cor prata com 2,5 cm de largura por 12 cm de comprimento, no sentido horizontal, acima do cotovelo na lateral sobre a costura do reforço do cotovelo.

03. Foto Ilustrativa:



04 Tamanhos: P, M, G, GG, XG, EXXG.

**FICHA TÉCNICA****Nº 02****01. Material:**

Calça azul-marinho tática militar material RF com acolchoamento nos joelhos, padrão CNBC

02 Descrição do Material:

Calça azul marinho

Material RF com acolchoamento nos joelhos

Seis bolsos sendo dois traseiros com abas e botoes dois simples laterais e dois nas pernas estes com fitas refletivas

Modelo 6 bolsos tipo operacional combate, confeccionados em tecido que proporcione conforto,

alta resistência, leveza e facilidade de desempenho ao trabalhador, como referência de tecido: Santista Techno Rip Stop, na cor Azul Negro, referência de cor Santista Azul Negro A94 – 193712TP.

- a - Confeccionada em Tecido Rip Stop Profissional, isenta de elementos metálicos;
- b - Fechamento por botões caseados protegidos por aba;
- c - A calça pode ter sistema de elástico em local do sistema de fechos laterais;
- d - Passadores de cinto duplos, sendo um de tamanho padrão para cintos de 3 cm de largura e outro passador largo reforçado para passagem de cinto de 5 a 6 cm;
- e - Dois bolsos frontais internos do tipo faca, com forração no mesmo tecido do corte da calça, com área útil mínima de 15x30 cm;
- f - Dois bolsos laterais externos do tipo saco sanfonados, com tampa dupla e fechamento por botões caseados, com área mínima de 20x25 cm, sendo o sanfonado travado a frente do bolso;
- g - Dois bolsos traseiros internos, com forração no mesmo tecido da calça, com área útil mínima de 15x15 cm e com tampa dupla e fechamento por botões caseados;
- h - Reforço duplo nos joelhos que ofereça maior proteção ao trabalhador, costurado com sobre de tecido que permita conforto e facilidade para flexão do joelho;
- i – Reforço duplo no cavalo da calça que ofereça maior resistência e durabilidade;
- j - Barra com fechamento e ajuste por cordão embutido;
- k - Possuir etiqueta de produto com composição e instruções de lavagem, identificação da Confecção, conforme CONMETRO resolução 2 sendo claro que conforme a atividade, sobre esta calça o profissional deve usar item de proteção para as pernas específico, que atenda os requisitos de segurança e desempenho para tal atividade.

Item de segurança: obrigatório uso de faixas de tecido refletivo, cor prata com 2,5 cm de largura por 20 cm de comprimento, no sentido horizontal na parte inferior das tampas dos bolsos laterais.

03 Foto Ilustrativa:



04 Tamanhos: P, M, G, GG, XG, EXXG.



FICHA TÉCNICA

Nº 03

01 Material:

Gorro(Boné), padrão CNBC

02 Descrição do Material:

Boné azul marinho

Símbolo Bombeiro Civil bordado redondo 6cm de circunferência parte frontal .Parte traseira Bombeiro bordado na cor branca.

Lateral lado esquerdo bandeira do Brasil bordada tamanho 2x1 cm .

Lateral lado direito símbolo Imbel bordado 2x1 cm

Boné tipo gorro Norte-Americano (USA) com ajuste de aperto, isento de itens metálicos. Confeccionados no mesmo material da camisa, em tecido Rip Stop de uso profissional, que proporcione conforto, alta resistência, leveza e facilidade de desempenho ao trabalhador, como referência de tecido: Santista Techno Rip Stop. Para uso geral em área urbana e locais de ambiente alterado pelo homem.

03 Foto Ilustrativa:



04 Tamanhos: P, M, G, GG, XG, EXXG.



FICHA TÉCNICA

Nº 04

01 Material:

Camiseta Bombeiro Civil vermelha malha manga curta, padrão CNBC

02 Descrição do Material:

Cor vermelha padrão bombeiro, CNBC.

Na frente da camiseta:

Símbolo Bombeiro Civil bordado peito esquerdo circunferência 7 cm

Inscrição a frente da camisa ao meio do peito(centralizado), com o dizer BOMBEIRO CIVIL.

Inscrição alinhada ao centro, na cor branca, que seja pintada ou sistema transfer.

Usando fonte cheia do tipo Arial bold, em letras maiúsculas, em tamanho com altura de 3 cm.

Nas costas da camiseta:

Estampado de Bombeiro Civil nas costas na cor branca, usando fonte cheia tipo Arial bold, em letras maiúsculas, em tamanho com altura 7 cm .

Braço esquerdo: bandeira do Brasil bordada tamanho 3,5x2,5 cm

Braço direito: símbolo Imbel bordado tamanho 3,5x2,5 cm

Referência de tecido, camiseta 100% algodão penteado, fio 30, modelo Hering World T-Shirt.

03 Foto Ilustrativa:



04 Tamanhos: P, M, G, GG, XG, EXXG.



FICHA TÉCNICA

Nº 05

01 Material:

Camisa Bombeiro Civil vermelha manga longa

02 Descrição do Material:

Cor vermelha padrão bombeiro, CNBC.

Referência de tecido, camiseta 100% algodão penteado, fio 30, modelo Hering World T-Shirt.

Na frente da camiseta:

Símbolo Bombeiro Civil bordado peito esquerdo circunferência 7 cm

Inscrição a frente da camisa ao meio do peito(centralizado), com o dizer BOMBEIRO CIVIL.

Inscrição alinhada ao centro, na cor branca, que seja pintada **em sublimação**.

Usando fonte cheia do tipo Arial bold, em letras maiúsculas, em tamanho com altura de 3 cm.

Nas costas da camiseta:

Estampado de Bombeiro Civil nas costas na cor branca, usando fonte cheia tipo Arial bold, em letras maiúsculas, em tamanho com altura 7 cm .

Braço esquerdo: bandeira do Brasil bordado tamanho 3,5x2,5 cm

Braço direito: símbolo Imbel bordado tamanho 3,5x2,5 cm

03 Foto Ilustrativa:



04 Tamanhos: P, M, G, GG, XG, EXXG.



FICHA TÉCNICA

Nº 06

01 Material:

Cinto de nylon Bombeiro na cor vermelha com fivela

02 Descrição do Material:

Cinto vermelho com fivela dourada ou prata dos Bombeiros.

OBS: Cinto com regulagem até 1,5 metros

03 Foto Ilustrativa:





FICHA TÉCNICA

Nº 07

01 Material:

Coturno Bota Tático Militar

02 Descrição do Material:

Equipamento: BOTA MEIO-CANO - TIPO C

Descrição: Calçado ocupacional de uso profissional tipo bota, confeccionado em couro curtido ao cromo, colarinho em couro, fechamento em cadarço, forro da gáspea e lateral em tecido, palmilha de montagem não tecido fixada pelo sistema strobel, palmilha interna removível, solado de borracha colado e blaqueado.

Aprovado para: PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTEs.

Observação: I) Calçado com absorção de energia na área do salto (calcanhar) (E) e com resistência ao escorregamento em

piso de cerâmica contaminado com lauril sulfato de sódio (detergente) (SRA). II) Solado resistente ao contato com calor (HRO).

Marcação do CA: Na etiqueta.

Desenvolvida em Couro Látego (na variação Preto Brilhante) e Couro Nobuck (na variações de Preto Fosco, Areia, Chumbo, Marrom, Verde Musgo e Coyote)

- Biqueira fabricada em PVC de alta resistência e durabilidade acompanhada por uma peça emborrachada na parte frontal e lateral garantindo um excelente desing e construção
- Sistema Saque Rápido nos passadores e sistema de amarração em poliamida.
- Palmilha de High Performance exclusiva Acero, com alto conforto e tecnologia de memória infinita.
- O cano mede aproximadamente 24 cm (Ref. a numeração 40)
- Pesando aproximadamente 1,6 Kg (Ref. ao par na numeração 40)
- Código C.A. é fixado na parte interna da língua da bota

03 Foto Ilustrativa:



04 Tamanhos:

38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46



FICHA TÉCNICA

Nº 08

01 Material:

Avental PVC Branco com tira reforçada

02 Descrição do Material:

Avental de segurança, impermeável a líquidos não corrosivos, confeccionado em PVC Branco, tira soldada dobrada eletronicamente.

03 Foto:



04 C.A – Certificado de Aprovação

-----//-----

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

Medidas

Comprimento total 120cm e largura total 70cm.

Aplicação

Para proteção do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água.

Marca Sugerida

AZEFIX

**FICHA TÉCNICA****Nº 09****01 Material:**

Botina de Segurança Antiestática, sem cadarço.

02 Descrição do Material:

Botina de Segurança com fechamento em elástico nas laterais e cano alcochoado ou gáspea inteira, confeccionada em vaqueta relax preta e forração interna em tecido não-tecido.

Requerimento NBR ISO 20345:2015

Cor Preto

Numeração PU 33 a 47

Cabedal: Confeccionado em vaqueta relax preta com espessura de 18 a 20 linhas.

Contraforte: Termoplástico 1,5 mm

Linha: Em poliamida nº 30

Biqueira: Confeccionada em plástico polímero ultra-resistente a impactos de 200J e compressão de até 1500Kg (N), mais leve em cerca de até 51% às biqueiras de aço, não detectável por detectores de metal, são ainda antimagnéticas e anticorrosiva.

Forro de Gáspea e Suador: Em tecido não tecido de fibra curta com espessura mínima de 1,9mm;

Palmilha de montagem: Não tecido 100% poliéster, agulhado e resinado com espessura de 2.0 mm, costurada pelo processo strobel.

Palmilha de limpeza: Em EVA antifungo, antibactéria, acabamento em tecido não-tecido três mm de espessura.

Solado: O solado é constituído de duas camadas de poliuretano (PU) expandido, bi-densidade, injetada diretamente no cabedal, sendo a 1ª camada (entressola) mais

macia e leve (densidade de 0,4g/cm³) proporcionando maior conforto, e a 2ª camada (densidade 0,9g/cm³) é a mais resistente a objetos cortantes perfurantes e a abrasão pelo fato de ser a mais compacta. Nesta 2ª camada o sistema antiderrapante é constituído de ranhuras especiais de 3mm de altura, 6mm de largura entre os desenhos de planta, com característica (adicionando aditivo na sua relação de massa)
Resistência= 41 a 70 MΩ

03 Foto Ilustrativa:



04 Medidas

33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47.

05 Marcas Sugeridas:

BRACOL, MARLUVAS, FUJIWARA, SAFETILINE, POLISTEP OU ARTEFLEX (Em caráter de padronização).

06 C.A – Certificado de Aprovação

37532

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

07 Normas:

NR-6 do Ministério do Trabalho;

ABNT ISO 20345;

ABNT ISO 20347;



FICHA TÉCNICA

Nº 10

01 Material:

Protetor Auricular tipo plug.

02 Descrição do Material:

Protetor auditivo do tipo inserção pré-moldado, de silicone na cor laranja, com cordão e tamanho único. Cordão nas cores laranja, amarela, azul, verde, vermelha, branca.

Atenuação de **19 dB**.

03 Foto Ilustrativa:



04 Medidas

-----//-----

C.A – Certificado de Aprovação

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

05 Normas:

NR-6 do Ministério do Trabalho;

06 Aplicação

Proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR 15 (Anexos I e II), conforme a tabela de atenuação.



FICHA TÉCNICA

Nº 11

01 Material:

Protetor Auricular tipo concha (Abafador)

02 Descrição do Material:

- Protetor auditivo do tipo concha, constituído por duas conchas em plástico.
- Atenuação de 23 dB (NRRsf);
- Haste acima da cabeça
Espuma com agente bactericida e película anti-umidade

03 Foto Ilustrativa:



04 Medidas

-----//-----

05 C.A – Certificado de Aprovação

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

06 Normas:

NR-6 do Ministério do Trabalho;

07 Aplicação

Proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR 15 (Anexos I e II), conforme a tabela de atenuação.



FICHA TÉCNICA

Nº 12

01 Material:

Botina de Segurança sem cadarço e com Isolante elétrico.

02 Descrição do Material:

Couro, cor preta;

Biqueira de composite resistente a impacto de até 200J e compressão por carga de até 15 KN.

Resistência à penetração - valor mínimo de 1100N;

Calçado **Isolante elétrico** conforme norma ABNT 12576;

Isolamento ao calor do conjunto do solado;

Isolamento ao frio do conjunto do solado;

Absorção de energia na área do salto – valor mínimo 20J;

Calçado com resistência a água;

Calçado com proteção do metatarso;

Proteção do tornozelo;

Cabedal com resistência à penetração e absorção de água;

Cabedal com resistência ao corte;

Solado com resistência ao contato com calor.

03 Foto Ilustrativa:



04 Medidas

33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46.

05 Marcas Sugeridas:

BRACOL, FUJIWARA, SAFETILINE, POLISTEP OU ARTEFLEX (Em caráter de padronização).

06 C.A – Certificado de Aprovação

-----//-----

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

07 Normas:

NR-6 do Ministério do Trabalho;

ABNT ISO 20345;

ABNT ISO 20347;



FICHA TÉCNICA

Nº 13

17.

01 Material

Óculos de Segurança

02 Descrição do Material:

1. Visor 100% Policarbonato;
2. Armação em Nylon com ponte nasal de silicone para uma perfeita adaptação no nariz, com formato anatômico, que proporciona um maior conforto para o usuário;
3. Lentes com tratamento anti-risco e anti-embaçante;
4. Hastes com sistema deslizante em 03 níveis para ajuste de comprimento, obtendo melhor encaixe atrás das orelhas;
5. Visor com proteção lateral em uma única peça;
6. Hastes fixadas por parafusos metálicos ;
7. Proteção dos olhos contra impacto de partículas volantes multidirecionais.

03 Foto:



04 C.A – Certificado de Aprovação

-----//-----

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

05 Medidas

Tamanho único.

06 Aplicação:

Proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes multidirecionais.

07 Marca Sugerida:

LEAL



FICHA TÉCNICA

Nº 14

01 Material:

Óculos de sobreposição de óculos graduados

02 Descrição do Material:

Óculos de segurança constituído de armação e visor (lente de proteção) confeccionados em uma única peça de policarbonato com tratamento antirrisco e antiembaçante, hastes tipo espátula do mesmo material e dotado de proteção lateral com sistema de ventilação indireta.

Proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes multidirecionais.

Conforto na sobreposição de óculos graduados por permitir a utilização com vários modelos e tamanhos de armações.

Lente Incolor para uso em condições normais de luminosidade

03 Foto:



04 Certificação

20.703

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

05 Medidas

Tamanho único

06 Aplicação:

Para sobrepor óculos graduados de vários modelos e tamanhos de armações.

07 Marca Sugerida:

UVEX



FICHA TÉCNICA

Nº 15

01 Material:

Óculos ampla-visão

02 Descrição do Material:

Proteção contra respingos de substâncias químicas e impactos. Lente que ofereça visão superior e periférica. Ajuste rápido da faixa de cabeça. Tratamento antiembaçante.

- 03 Lente: Policarbonato
- 04 Armação do óculos: Polipropileno com elastômero
- 05 Tirante: Neoprene ou tecido

03 Foto:



04 Certificação

Compatível com as normas ANSI Z87+ (Alto impacto)

Certificado com as exigências da norma CSA Z94.3, ANSI.Z.87.1

CA 19.072

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

05 Medidas

- ✓ Peso do óculos: 75,20 gramas
- ✓ Largura: 165 mm
- ✓ Espessura: 1,6 mm

06 Aplicação:

Químico, Construção, Segurança Pública, Manufatura, Mineração, Órgãos Públicos, Petróleo e Gás, Farmacêutico, Metalurgia, Transporte, Utilitários.

07 Marca Sugerida:

UVEX



FICHA TÉCNICA

Nº 16

01 Material:

Óculos policarbonato verde de tonalidade 5.0.

02 Descrição do Material:

Hastes fixas com proteção lateral ventilada.

Lente única em duropolicarbonato, tonalidade 5.

Para ser usado em solda oxiacetilênica, ou em outras aplicações onde haja necessidade de proteção contra raios infravermelhos.

Permite a sobreposição em óculos de grau.

Acompanha cordão.

Tratamento antirrisco e antiembaçante (opcional).

Armação em material plástico, hastes com ajuste de comprimento.

Acompanha cordão.

03 Foto:



C.A – Certificado de Aprovação

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

04 Medidas

Tamanho único.

05 Aplicação:

Proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes

Proteção em trabalhos com solda oxiacetilênica, próximos de fornos e demais exposições; radiação infravermelha

06 Marca Sugerida:

CARBOGRAFITE, DANNY



FICHA TÉCNICA

Nº 17

01 Material:

Perneira de BEDIN

02 Descrição do Material:

Equipamento de Proteção Individual (E.P.I.) ou Equipamento de Proteção Pessoal (E.P.P.) tipo Perneira, confeccionada em couro sintético (Bidin) de 15mm de espessura, forrada internamente, com velcro para a fixação da perneira, contendo três lâminas de aço, revestida de acordo com o sistema star Tecmater®, na parte frontal da perneira, de 16 mm de comprimento e 0,6 mm de espessura. Possui três furos laterais para respiro.

03 Foto:



04 C.A – Certificado de Aprovação

31111

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

Medidas

40 cm de comprimento na frente

20 cm de comprimento atrás

09 cm de comprimento sobre o metatarso

15 mm de espessura

40 cm de circunferência

1,015 kgs de peso o par

Aplicação

Indicado para trabalhos que envolvam risco de lesão aos membros inferiores.

A Perneira Bidim Velcro 3T Aço Tecmater, está de acordo com a Norma Regulamentadora 06

(NR-06) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e de acordo com a normatização vigente

por esta norma, ISO 11.688:1998.

Uso : Proteção dos membros inferiores do usuário contra lesões provocadas por materiais ou objetos cortantes, partículas volantes, escoriantes, perfurantes, picadas de

animais peçonhentos e névoas na aplicação de produtos químicos.



FICHA TÉCNICA

Nº 18

01 Material:

Protetor Facial Incolor com Catraca fabricada em material plástico de alta resistência.

02 Descrição do Material:

Constituído de coroa e carneira confeccionadas de material plástico, com regulagem de tamanho através de ajuste simples ou catraca e visor de material plástico (policarbonato) incolor. O visor é preso à coroa por meio de cinco parafusos metálicos. A carneira é presa à coroa através de dois parafusos metálicos.

Para proteção ampla da face do usuário contra impacto de partículas volantes multidirecionais.

- Cúpula fabricada em material plástico de alta resistência.
- Visores em policarbonato incolor ou verde.
- Carneira com e sem catraca.
- Peças de reposição disponíveis.



03 Foto Ilustrativa:



04 Medidas

28 cm de largura;
21 cm na parte inferior;
27 cm de altura.

05 Marca

Carbografite

NOTA: A marca escolhida é para fins de padronização.

06 C.A – Certificado de Aprovação

6137

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

07 Normas:

NR-6 do Ministério do Trabalho;

08 Aplicação

Proteção ampla da face do usuário contra impacto de partículas volantes multidirecionais.



FICHA TÉCNICA

Nº 19

01 Material:

Avental de Raspa

02 Descrição do Material:

Avental de raspa modelo Soldador confeccionado em raspa Grupon. Tira de ajuste de couro no pescoço e na cintura. Confeccionada com ou sem emenda.

03 Foto:



04 C.A – Certificado de Aprovação

-----//-----

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

05 Medidas

Tamanhos 1 x 0,60, 1,20 x 0,60, 1,20 x 0,70.

06 Aplicação

Para proteção do tronco contra respingos de materiais em fusão, operação de solda e corte.



FICHA TÉCNICA

Nº 20

01 Material:

Perneira de raspa de couro

02 Descrição do Material:

Perneira de Raspa com Velcro, confeccionada em raspa de couro bovino curtido ao cromo, com revestimento interno em grafatex, costurado com fio 100% algodão ou aramida, com fechamento das pernas e peito dos pés com velcro. Espessura média de 1,50 mm e gramatura 0,0815 gramas/cm² ou 0,815 kg/m².

03 Foto:



04 C.A – Certificado de Aprovação

-----//-----

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

Medidas

-----//-----

Aplicação

Indicado para trabalhos **de solda**.



FICHA TÉCNICA

Nº 21

01 Material:

kit operador de motosserra.

02 Descrição do Material:

kit para motosserristas, que combina segurança e praticidade ao disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual em um só produto e é composto por Capacete com suspensão, jugular, slot, viseira 8 polegadas, abafador de ruído 16dB, luva LOP 610 mão de gato e calça operador de motosserra 230°.

UTILIZAÇÕES:

- Por se tratar de um EPI é de uso pessoal e intransferível.
- A proteção se limita à área de cobertura do EPI.
- Este EPI foi desenvolvido para minimizar lesões graves causadas por acidentes com motosserras.
- É indicada para motosserrista com treinamento e capacitação por órgão competente.
- A segurança do usuário desta vestimenta deve ser complementada, de acordo com a exposição ocupacional e com risco de atividade, com o uso de outros EPI.
- Deve ser descartada em caso de perfurações, danificações que impossibilitem a proteção.
- O EPI perde suas características de proteção quando o usuário não segue corretamente as instruções do manual e quando utilizado em ambientes com respingos de produtos químicos, podendo ocasionar furos na vestimenta.
- Deve ser utilizado mediante o conhecimento e aprovação das áreas de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho ou responsável pela empresa.
- Deve ser mantido em local fresco, limpo e seco, evitando a umidade e exposição à contaminantes.
-

03 CARACTERÍSTICAS:

O Kit Operador de Motosserra Sayro é composto por:

Capacete com suspensão, jugular, slot, viseira 8 polegadas, abafador de ruído 16dB, luva LOP 610 mão de gato e calça operador de motosserra 230°.

- ✓ Capacete de segurança injetado em polietileno.
- ✓ O casco possui uma nervura e fendas laterais que permitem a acoplagem de acessórios.

- ✓ O capacete conta com suspensão plástica fixa ao casco por meio de quatro fendas, (furos ou pontos) de encaixe.
 - ✓ A carneira e as coroas são injetadas em plástico, garantindo a durabilidade e resistência do equipamento.
 - ✓ O tamanho da carneira é ajustável através de um mecanismo simples.
 - ✓ A carneira possui uma tira absorvedora de suor em espuma coberta de material sintético para maior conforto do usuário.
 - ✓ A jugular, confeccionada em tira de tecido sintético, é ajustável e fixada na carneira, proporcionando um encaixe seguro.
 - ✓ Slot acessório projetado para encaixar no capacete.
 - ✓ Permite a fixação do protetor facial em tela e/ou do protetor Auricular tipo concha.
 - ✓ Apresenta um par de réguas para simplificar o encaixe da tela.
 - ✓ Possibilita ajustes fáceis, podendo ser movidas conforme necessário.
- A viseira é um acessório utilizado em trabalhos onde é necessário a proteção facial contra partículas volantes geradas a partir do trabalho com motosserras.
 - O protetor facial em tela 8" para capacete é acoplado por meio do Slot em nylon preto.
 - Laterais do protetor são produzidas de polipropileno, proporcionando durabilidade e resistência.
 - O protetor possui orifícios nas extremidades que permitem acoplar facilmente o Slot – Suporte Para Protetor Auricular e Facial.
 - Os protetores faciais são fixados de forma segura ao Slot por meio de parafusos e réguas reguláveis que permitem o ajuste preciso da posição do Protetor Facial em Tela.

Protetor auditivo 16db tipo concha meia haste.

- Constituído de dois abafadores em forma de concha.
- Possuem um adaptador que permite a fixação por meio de parafusos de metal.
- A espuma externa contribui para o maior conforto durante o uso.
- O protetor auditivo é projetado para se ajustar às orelhas do usuário.
- Deve ser usado com capacete de segurança.

Luva de segurança em vaqueta na palma e dedo polegar.

- Dorso em poliéster.
- Mão esquerda com 12 camadas internas em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE de proteção.
- Modelo mão de gato, dois dedos na mão esquerda e três dedos na mão direita.
- A tela de proteção está somente na mão esquerda, porém o motosserrista deve usar o par completo.
- Possui fechamento de velcro no punho para ajuste.
- Forro interno em poliéster e algodão.
- Mão esquerda modelo mitene com dois dedos e mão direita modelo mitene com três dedos.

- Tamanho 9½.

Calça operador de motosserra confeccionada em tecido externo em poliéster.

- 08 camadas internas em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE.
- Forro interno em poliéster e algodão.
- Oferece proteção da cintura ao tornozelo.
- Proteção 230° na parte frontal das pernas.
- Cordão na cintura para ajuste.
- Passador para cinturão.
- Um bolso traseiro com lapela.
- Modelo com elástico.

04 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- Protetor Auditivo com proteção do sistema auditivo do usuário **contra níveis de pressão sonora** superiores ao estabelecido na NR 15, anexos I e II.
- Protetor Auditivo não indicado em atividades com perigo de choque elétrico.
- Certificado de Aprovação nº **28007**.
- Produto desenvolvido de acordo com a Norma técnica: **ABNT NBR 16076:2020 – B**.
- Capacete com proteção da cabeça do usuário contra impactos de objetos sobre o crânio e contra choques elétricos.
- Fabricado por: Ultra Master Plug Comércio e Indústria de Equipamentos de Proteção Individual LTDA.
- Certificado de Aprovação nº 12354.
- Produto desenvolvido de acordo com a Norma técnica: ABNT NBR 8221:2003.
- A viseira facial em tela é um acessório que vem para aumentar a proteção, não é EPI por isso não tem C.A. (Certificado de Aprovação).
- Luva Operador de Motosserra proteção das mãos do usuário contra agentes mecânicos provenientes de operações com motosserras. Aprovado conforme ISO 11.393-4:2003, tipo “B”, Classe 2: 24 m/s.
- Certificado de aprovação nº 36995.
- Calça Operador de Motosserra proteção das mãos do usuário contra agentes mecânicos provenientes de operações com motosserras. Aprovado conforme ISO 11.393-2:1999 para Tipo A Classe 2: 24 m/s.
- Certificado de aprovação nº 36600.

05 TAMANHOS:

P, M, G, GG e EXG.

06 Foto Ilustrativa:

Modelo do kit



07 Marca:

Não se Aplica.

**FICHA TÉCNICA****Nº 22****01 Material:**

Camisa para operador de motosserra.

02 Descrição do Material:

A **camisa para operador de motosserra**, desempenha um papel fundamental na segurança, proporcionando uma camada adicional de proteção. O blusão é confeccionado com uma estrutura composta por 10 ou 12 camadas de tela de poliéster de ALTA TENACIDADE, estrategicamente posicionadas nos ombros e braços (membros superiores) do usuário. A proteção é acionada quando a **motosserra** entra em contato com a tela de poliéster de alta tenacidade, interrompendo o funcionamento da corrente da motosserra minimizando o risco de lesões graves em acidentes.

03 UTILIZAÇÕES:

- Por se tratar de um EPI é de uso pessoal e intransferível.
- A proteção se limita à área de cobertura do EPI.
- Este EPI foi desenvolvido para minimizar lesões graves causadas por acidentes com motosserras.
- É indicada para motosserrista com treinamento e capacitação por órgão competente.
- A segurança do usuário desta vestimenta deve ser complementada, de acordo com a exposição ocupacional e com risco de atividade, com o uso de outros EPI.
- Deve ser descartada em caso de perfurações, danificações que impossibilitem a proteção.
- O EPI perde suas características de proteção quando o usuário não segue corretamente as instruções do manual e quando utilizado em ambientes com respingos de produtos químicos, podendo ocasionar furos na vestimenta.
- Deve ser utilizado mediante o conhecimento e aprovação das áreas de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho ou responsável pela empresa.
- Deve ser mantido em local fresco, limpo e seco, evitando a umidade e exposição à contaminantes.

4- CARACTERÍSTICAS:

- ✓ Confeccionada em tecido externo em poliéster.
- ✓ Modelo tipo jaqueta.
- ✓ Com 10 ou 12 camadas internas em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE.
- ✓ Forro interno em poliéster e algodão.

- ✓ Punho em poliéster.
- ✓ Fechamento através de zíper frontal.

5- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

– Certificado de aprovação nº **46231** 10 camadas / BOP 100.

Norma ISO 11.393-6:2007; para classe 2: 24 m/s.

– Certificado de aprovação nº **38921** 12 camadas / BOP 008.

Norma ISO 11.393-6:2007; para classe 3: 28m/s.

– Aprovado para proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes mecânicos provenientes de operações com motosserras.

6- TAMANHOS:

P, M, G, GG e EXG.

7- Foto Ilustrativa:

7.1 Modelo da Camisa



8- Marca:

Não se Aplica.



FICHA TÉCNICA

Nº 23

01 Material:

Avental Frontal, Modelo Barbeiro.

02 Descrição do Material:

Avental com tratamento antiestático. Com mangas e elásticos nos punhos, gola careca e tiras para ajuste na cintura. Modelo barbeiro.

03 Foto:



04 C.A – Certificado de Aprovação

-----//-----

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

05 Medidas

-----//-----

06 Aplicação

Proteção em operações em que exista risco de contaminação com produtos químicos tóxicos ou alergênicos e partículas secas e úmidas menores que 0,5 micron.

07 Marca Sugerida

Tychem



FICHA TÉCNICA

Nº 24

01 Material:

Cinturão ergonômico

02 Descrição do Material:

- Largura: 220 mm
- Elástico reforçado com Hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar.
- Flanges de PVC maleável (22 cm comprimento).
- Costura em nylon de alta resistência que garante durabilidade.
- Velcro de máxima aderência.

03 Foto:



04 C.A – Certificado de Aprovação:

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

05 Medidas / Características:

REFERÊNCIAS E TAMANHOS:

TAM P	80 – 91 cm
TAM M	92 – 101 cm
TAM G	102 – 114 cm
TAM XG	115 – 125 cm
TAM XXG	126 – 135 cm

06 Marca Sugerida:

VICSA

NOTA: A marca escolhida é para fins de padronização.



FICHA TÉCNICA

Nº 25

01 Material:

Capacete com Protetor Facial e protetor auricular acoplado.

02 Descrição do Material:

Protetor facial confeccionado em material plástico incolor, com cerca de: 150 mm de altura e 290 mm de largura; 200mm de altura e 290 mm de largura; ou 250 mm de altura e 290 mm de largura. O visor é fixado em um suporte (basculante) confeccionado de plástico preto em forma de arco e preso através de pinos plásticos e fixado nas hastes também de material plástico preto, que, por sua vez, é encaixada nas fendas laterais do casco do capacete; ou protetor auditivo constituído de conchas de material plástico rígido na cor preta, preenchida com uma espuma na cor amarela. As bordas das conchas são revestidas com almofada de material plástico preto, preenchidas com espuma, fixada à duas hastes plásticas basculantes, presas em um dispositivo plástico preto, que por sua vez, é encaixada nas fendas laterais do casco. O protetor facial pode ser acoplado ao Capacete de segurança classe B, tipo aba frontal, nas cores: branca, amarela, laranja, vermelha, azul claro, azul escuro, rosa, cinza, verde, preto e azul pastel; ou acoplado ao Protetor auditivo tipo concha.

03 Foto Ilustrativa:



04 C.A – Certificado de Aprovação

27.628

Obs: No ato da entrega do equipamento o C. A - Certificado de Aprovação deverá apresentar validade de no mínimo 4 anos.

05 Medidas

06 Marca:

3M

NOTA: A marca escolhida é para fins de padronização.